




40 anos
UnB à frente!

Lauro Morhy
organizador geral

Volume 2

Brasil em Questão

A Universidade e a
Eleição Presidencial



EDITORA



UnB

Ao longo de 2002 quando comemora seus quarenta anos, a UnB convidou toda a sociedade brasileira a participar do amplo debate preparatório à escolha do dirigente da Nação. Para tanto, foi instalado, em fevereiro de 2002, o Fórum *Brasil em Questão*, com o objetivo de estimular a troca de idéias sobre propostas e ações indispensáveis à superação dos grandes desafios nacionais.

Brasil em Questão foi concebido em dois períodos distintos. A primeira etapa, de fevereiro a julho, foi o momento de discussão sobre onze questões-chave da agenda do País. O resultado deste amplo esforço foi apresentado à sociedade em agosto de 2002, com o lançamento do primeiro volume do livro *Brasil em Questão: a Universidade e a Eleição Presidencial*. Já a segunda etapa do Fórum *Brasil em Questão*, realizada entre os meses de agosto e setembro, buscou ampliar a visibilidade do debate entre a sociedade brasileira e os candidatos à Presidência da República. Para tanto, vieram à UnB em momentos distintos

Volume 2

Brasil em Questão

A Universidade e a
Eleição Presidencial

Fernando Henrique Cardoso
Presidente da República

Paulo Renato Souza
Ministro da Educação

Francisco César de Sá Barreto
Secretário de Educação Superior

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA

Conselho Diretor

Lauro Morhy – Presidente
Antônio C. de Matos Paiva
Carlos Alberto Rodrigues da Cunha
Carolina Martuscelli Bori
Flávio Rabelo Versiani
Inocência Mártires Coelho
Gileno Fernandes Marcelino
Jacques Rocha Velloso

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA

Reitor: *Lauro Morhy*
Vice-Reitor: *Timothy Martin Mulholland*
Decano de Ensino de Graduação: *Michelângelo Giotto S. Trigueiro*
Decana de Pesquisa e Pós-Graduação: *Noraí Romeu Rocco*
Decana de Extensão: *Dóris Santos de Faria*
Decano de Administração e Finanças: *Érico Paulo Siegmar Weidle*
Decana de Assuntos Comunitários: *Thérèse Hofmann Gatti*
Laboratório de Estudos do Futuro: *Henrique de Sousa Novaes*
Assessoria de Assuntos Internacionais: *José Flávio Sombra Saraiva*
Assessoria de Comunicação: *Rodrigo Caetano*



Volume 2

Brasil em Questão

A Universidade e a
Eleição Presidencial

Organizador Geral

Lauro Morhy

Co-organizadores

Marcos Formiga

Regina Marques

Adler Andrade

Tânia Costa

Universidade de Brasília

Laboratório de Estudos do Futuro/Gabinete do Reitor

Editora Universidade de Brasília

2002

Editores responsáveis: Regina Marques

Tânia Costa

Adler Andrade

EQUIPE EDITORIAL

PROF.ª DR.ª WÂNIA DE ARAGÃO-COSTA E BEL.ª CARMEM GALVÃO (Preparação de Originais e Revisão)

FERNANDO BRANDÃO E FRANKLIN CRUZ (Editoração Eletrônica)

FORMATOS DESIGN GRÁFICO (Projeto Gráfico)

FORMATOS DESIGN GRÁFICO (Capa e Aberturas sobre ilustrações de Richard Cook- *Getty Images*)

Degração e Transcrição: Tânia Costa e Regina Marques

Ficha catalográfica elaborada pela
Biblioteca Central da Universidade de Brasília

B823 Brasil em questão 2: a universidade e a eleição presiden-
 cial / Lauro Morhy (organizador). – Brasília : Universi-
 dade de Brasília, Laboratório de Estudos do Futuro :
 Editora Universidade de Brasília, 2002.
 264p.

ISBN 85-230-0705-8

1. Política – Brasil. 2. Cidadania. 3. Universidade.
4. Eleição presidencial – Brasil. I. Morhy, Lauro
(organizador)

CDU – 32(81)

324(81)

342.71

Sumário

APRESENTAÇÃO

Lauro Morhy 9

Parte I

Discursos e Respostas Fórum *Brasil em Questão*

07 de agosto Ciro Gomes 15

14 de agosto Anthony Garotinho 63

04 de setembro Luiz Inácio Lula da Silva 97

Parte II

Respostas Fórum *Brasil em Questão*

José Serra 141

José Maria de Almeida 159

Rui Costa Pimenta 181

Parte III

Contribuições Fórum *Brasil em Questão*

Documento da ANDIFES
Associação Nacional dos Dirigentes das
Instituições Federais de Ensino Superior 201

| | |
|---|-----|
| Proposições da ABMES Associação Brasileira de Mantenedoras de Ensino Superior | 207 |
| Carta da ABED Associação Brasileira de Educação a Distância | 229 |
| Contribuição da ABRUEM Associação Brasileira de Reitores das Universidades Estaduais e Municipais | 233 |
| Carta de São Paulo 4º Congresso Nacional de Educação – CONED Fórum Nacional em Defesa da Escola Pública | 247 |



Contribuições Fórum *Brasil em Questão*

ANDIFES

ABMES

ABED

ABRUEM

CARTA DE SÃO PAULO

Parte III

Certos da responsabilidade política e acadêmica associada aos cargos que ocupamos e à comunidade que representamos, nós, dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior, apresentamos, aos candidatos à Presidência da República, o presente documento, que sintetiza nossas preocupações diante do atual cenário acadêmico e institucional das Universidades Públicas brasileiras. Ao mesmo tempo, manifestamos nossa plena disposição para o diálogo amplo e permanente com o novo Governo, em busca das soluções e dos encaminhamentos decorrentes dos compromissos das instituições universitárias com o desenvolvimento do saber e as desejadas transformações da sociedade brasileira.

Atenta aos problemas relacionados à educação superior pública em nosso país, a ANDIFES está consciente das mudanças em curso nas Universidades Federais. Se, de um lado, convivemos com o esgotamento de muitas das fórmulas herdadas dos anos 70, do outro cumpre assinalar o crescimento exponencial da demanda pelo ensino superior e a percepção cada vez mais difundida da importância do desenvolvimento científico, tecnológico e cultural na construção das nações no milênio que ora se inicia.

As Universidades Públicas Federais vêm apresentando expansão da matrícula e correspondente crescimento na graduação e na pós-graduação, enquanto consolidam a pesquisa

em ciência e tecnologia, garantindo as bases de funcionamento da comunidade científica nacional. Acrescente-se, aqui, a sua condição de referência de qualidade para o sistema brasileiro de educação superior. Esse papel cresce em relevância quando se percebe que o processo de expansão da educação superior é vertiginoso e que, nos últimos anos, se tem concentrado no setor privado, hoje responsável por quase 70% das vagas de graduação. O desequilíbrio expansionista exige do Estado brasileiro redobrada atenção em sua atividade de supervisão do sistema e de monitoramento da qualidade do ensino. Tal quadro tem levado as autoridades governamentais a diminuir o foco – antes quase exclusivo – no ensino superior público, o que nos leva a novo patamar de preocupações com a sustentabilidade do sistema.

Pressionada pela retração substantiva das fontes de financiamento, a corrosão salarial, a inexistência de planos de carreira adequados, a redução do quadro efetivo de professores e de funcionários técnicos e administrativos, a perda de recursos humanos altamente qualificados, a necessidade de assegurar crescentes níveis de excelência e de responder eficazmente às novas demandas da sociedade: tudo isto leva a Universidade a exigir, dos segmentos que a constituem, esforços excepcionais e continuados na condução de sua gestão e no estabelecimento de uma agenda de estratégias para o seu desenvolvimento.

A Universidade pública tem ainda de enfrentar recorrentes ações da burocracia federal que ferem frontalmente sua autonomia. O princípio de autonomia consagrado no art. 207 da Constituição Federal é condição essencial para que as Instituições Federais de Ensino Superior possam exercer plenamente seu papel estratégico para o desenvolvimento nacional. Inadmissível, portanto, é a adoção,

por parte do governo, de medidas que afrontam o texto constitucional, ao absorver, por exemplo, as Procuradorias Jurídicas das IFES à recém-criada Procuradoria Geral Federal, inviabilizando o funcionamento dessas instituições. Nesse sentido, é fundamental que os órgãos jurídicos das IFES permaneçam instalados em seu âmbito.

Estamos cientes de que a consolidação da instituição universitária é inseparável de um projeto político nacional e, por isto, temos, no sistema universitário público federal, ferramenta decisiva de crescimento econômico e social. A rede das Universidades Públicas é um patrimônio longa e duramente construído. Abriga, como demonstram inúmeros estudos, a maior parte da pesquisa e da ciência e da tecnologia no Brasil, sedia os programas mais qualificados de pós-graduação e é referência indiscutível nas mais diversas áreas da graduação. É também essa rede que propicia crescente e indispensável inserção internacional da comunidade científica brasileira. O descuido ante política corajosa para o ensino superior público, em Era já corriqueiramente denominada de **sociedade do conhecimento**, nos condenaria, como nação, a atraso e dependência crescentes, com incalculáveis perdas sociais. A distância que nos separa dos países científica e tecnologicamente avançados não se reduzirá sem um maciço investimento em recursos humanos e infra-estrutura e na atenção à inovação e à transferência de tecnologia, articulada com o setor produtivo nacional.

A Universidade Pública é uma instituição do Estado comprometida diretamente com os destinos da Nação. Nessa condição, ocupa espaço singular e insubstituível pela contribuição que pode oferecer na definição e na execução de políticas governamentais voltadas para a superação dos focos

de subdesenvolvimento, associando-se a outras instâncias do Poder Executivo e da sociedade civil na tarefa comum da promoção humana em nosso país. Às autoridades constituídas compete assumir suas responsabilidades na busca de soluções necessárias e urgentes para preservação e fortalecimento desse invejável patrimônio nacional, único em toda a América Latina, representado por 55 instituições federais de ensino superior e uma rede de 44 hospitais universitários. O conjunto do sistema compreende, em sua diversidade e na distribuição espacial, uma rede ímpar, cuja capilaridade reforça o caráter federativo de nosso país e serve como um dos esteios para a realização dos objetivos de uma cidadania plena.

A importância da promoção do sistema federal público de ensino torna-se ainda mais evidente diante da globalização que marca o nosso tempo e que é exemplificada pela recente decisão da Organização Mundial do Comércio de incluir a educação – em particular, a educação superior – como um dos 12 setores de serviços capitulados no GATS (Acordo Geral sobre o Comércio de Serviços). Se obtido o consentimento do Governo brasileiro para o atendimento a essa demanda, estaríamos às voltas com um amplo programa de privatização e internacionalização predatória do ensino superior em nosso País. Passariam a valer para a educação as mesmas normas atinentes aos demais serviços. De imediato, estaria transferida para os interesses comerciais mais vorazes a gestão da educação, afastando o Estado de uma de suas responsabilidades constitucionais. A soberania das nações na condução de suas políticas educacionais, condição imprescindível para a consolidação e a garantia de sociedades menos desiguais e mais desenvolvidas, cederia lugar a um

Mercado voltado exclusivamente para o lucro. Entendemos que uma posição firme e consistente, atenta aos interesses nacionais, deve nortear a posição dos órgãos do Estado brasileiro nas negociações junto à OMC.

Diante de tudo isso, acreditamos ser inadiável o estabelecimento de uma Política Nacional de Educação Superior norteadas pelas medidas e pelos valores que se seguem:

1. Compromisso permanente do Estado com o sistema público de educação superior;
2. Garantia de autonomia responsável e efetiva do sistema, abrangendo o conjunto das IFES e respeitando sua diversidade;
3. Estabelecimento de modelo de financiamento estável e apropriado à natureza das IFES e dos hospitais universitários;
4. Desenvolvimento de programas de apoio ao uso de novas tecnologias de informação e comunicação em ensino;
5. Incentivo continuado e consistente aos programas de consolidação do desenvolvimento científico e tecnológico do País, ampliando o acesso aos Fundos Setoriais de Pesquisa com a finalidade de fortalecer a base científica nacional, minimizando as desigualdades regionais;
6. Criação de rede de recursos científicos, tecnológicos e culturais, apta a beneficiar a sociedade como um todo;
7. Extensão do acesso ao ensino superior público, gratuito e de qualidade a amplas camadas da população, reduzindo, assim, a enorme exclusão representada pelo percentual extremamente baixo dos jovens de 18 a 24 anos que chegam à Universidade;

8. Criação de instrumentos adequados de assistência ao estudante, como forma de garantir a equalização de oportunidades;
9. Financiamento de programas especiais, junto à Universidade pública, voltados à melhoria do sistema público de educação básica e profissional;
10. Estabelecimento de condições que incentivem a interação da Universidade com as demais instituições sociais.

Os princípios e as medidas acima indicados decorrem da percepção de que o desenvolvimento do conhecimento nas diversas áreas, da ciência à cultura, da tecnologia às artes, tarefa à qual as Universidades Públicas brasileiras se vêm dedicando, é componente decisivo e insubstituível do delineamento de uma nação autônoma, desenvolvida, justa e solidária. De um lado, desobrigando-se de cuidado contínuo e pronunciado para com a Educação, o Governo estaria reduzindo em muito e mesmo interrompendo as condições do desenvolvimento que buscamos atingir. Por outro lado, as IFES estão conscientes de suas responsabilidades junto à Nação, certas de que todo esforço de conhecimento deve desembocar, em última instância, na construção de uma sociedade mais democrática e mais humana. São esses os valores com os quais nos dispomos a um diálogo responsável e permanente.

os candidatos Ciro Gomes, Anthony Garotinho e Luiz Inácio Lula da Silva. Além destes, os candidatos José Serra, José Maria de Almeida e Rui Costa Pimenta responderam a questões sobre temas que emergiram quando da realização da primeira etapa do Fórum. O resultado dessa reflexão com os candidatos bem como a contribuição de algumas das mais representativas entidades da Educação, da Ciência e da Tecnologia em nosso País são apresentados neste segundo volume.

A publicação dos dois volumes de *Brasil em Questão: a Universidade e a Eleição Presidencial* não pretende, certamente, esgotar o debate. No entanto, como lembra o reitor da Universidade de Brasília, UnB, Lauro Morhy, o objetivo maior do Fórum *Brasil em Questão*, de fomentar positiva contribuição à troca de idéias sobre os grandes desafios de nosso País, foi alcançado, ao tempo em que a UnB cumpriu, mais uma vez, o compromisso assumido com toda a sociedade brasileira, abastecendo a indispensável e necessária transparência do debate político.

**Ciro Gomes • Anthony Garotinho • Luiz Inácio
Lula da Silva • José Serra • José Maria de
Almeida • Rui Costa Pimenta • ANDIFES -
Associação Nacional dos Dirigentes das
Instituições Federais de Ensino Superior • ABMES
- Associação Brasileira de Mantenedoras de Ensino
Superior • ABED - Associação Brasileira de
Educação a Distância • ABRUEM - Associação
Brasileira dos Reitores das Universidades
Estaduais e Municipais • Carta de São Paulo -
4º Congresso Nacional de Educação - CONED**



9 788523 007058